

Capítulo 8

Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira, Brasil: construir a solidariedade, cuidar do território e reproduzir a vida

ISABELLE HILLENKAMP, MIRIAM NOBRE

Este estudo de caso foi realizado com a metodologia da pesquisa-ação, ou seja, onde a pesquisa, enquanto processo de análise e de produção de conhecimentos, tem o foco na “ação” ou na transformação social e com ela procura contribuir. O esforço de análise centra-se nas condições e âmbitos da transformação social. A pesquisa-ação acompanhou uma rede de mulheres agricultoras na região do Vale do Ribeira (estado de São Paulo) apoiadas pela SOF (Sempreviva Organização Feminista), ONG feminista sediada em São Paulo e envolvida em um projeto de promoção da agroecologia desde uma perspectiva feminista.

O objetivo da agroecologia é desenvolver conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo que permitam reorganizar as relações entre os homens, as mulheres e a natureza de forma social e ecologicamente sustentáveis. A agroecologia não se define somente por uma produção agrícola orgânica: ela também remete a um projeto político cujo conteúdo e radicalidade variam. No caso do Brasil, a agroecologia é compreendida pelos movimentos sociais rurais como um projeto “contra-hegemônico” ao agronegócio, na medida em que se opõe à dependência, às desigualdades sociais e à destruição ambiental que decorrem deste modelo (e busca desenvolver práticas e relações sociais que permitam maior autonomia e sustentabilidade). Além do mais, uma abordagem feminista da agroecologia emergiu dos

movimentos sociais. Para alcançar os objetivos de autonomia e sustentabilidade esta abordagem propõe operar uma transformação dupla e simultânea na relação com a natureza e nas relações de gênero (Siliprandi, 2009). Apoia os conhecimentos e a produção agroecológica das mulheres, valoriza esta produção, no âmbito monetário e não-monetário, bem como, o reconhecimento político das mulheres agricultoras. Estes processos dependem da solidariedade –ou seja de interdependências voluntárias– em diferentes níveis (grupos locais, redes territoriais, movimentos regionais e nacionais) e em diferentes esferas (socioeconómica e política).

A agroecologia feminista se baseia em uma concepção de economia centrada na reprodução de todos os recursos necessários para manter a vida. A produção e o consumo de alimentos constituem o ponto de partida e o objetivo é democratizar todas as relações de poder que estão em jogo no cerne destes processos de reprodução. Esta perspectiva busca ir além da crítica da lógica linear de produção e acumulação capitalista, em particular a articulação de diferentes relações sociais, de relações sociais de tipo doméstico ou de relações sociais de produção capitalistas. Evidentemente isto não significa que estas questões possam ser desconsideradas, mas sim que os esforços práticos e conceituais da agroecologia feminista buscam desenvolver uma concepção mais ampla e circular do sistema econômico, bem como de suas condições de reprodução (Carrasco, 2014).

Analisamos aqui o processo de transformação social desencadeado pela realização do projeto de agroecologia feminista da SOF no Vale do Ribeira e a maneira pela qual permite atribuir novos significados e transformar certas dimensões da reprodução social. Questionamos as condições que permitiram a este processo em diferentes níveis: a trajetória da agroecologia feminista –enquanto sujeito político em âmbito nacional– e a construção da solidariedade frente a diferentes conflitos em âmbito local.

A SOF iniciou sua atuação sistemática no Vale do Ribeira em 2015 quando a organização foi selecionada em chamada pública do governo federal para prestar Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) destinada a promover a produção agroecológica das mulheres agricultoras. Este projeto continua ainda hoje graças a outros financiamentos.¹ A SOF faz parte do movimento feminista brasileiro e contribui para organizar a sociedade civil e construir um programa feminista em aliança com organizações sociais de esquerda. Ao mesmo tempo, a organização realiza projetos em favor das mulheres. SOF busca manter estes dois aspectos, o de ativista de movimento e o técnico-profissional, conceitualizados por Sonia Alvarez como o “caráter político híbrido” das ONG feministas na América Latina (Alvarez, 1999). No Vale do Ribeira a SOF acompanhou a partir de 2015 de forma contínua grupos

¹ Conselho Britânico e a Secretaria Nacional de Economia Solidária em um primeiro momento, e desde 2018 a ONG feminista genebresa EFI (Espace Femmes International), integrante da Federação Genebresa de Cooperação.

de mulheres agricultoras de 12 municípios. Este acompanhamento se deu mediante atividades de formação e atividades coletivas de construção do conhecimento.² Durante o período desta pesquisa a SOF realizou 80 atividades de formação, algumas no âmbito das comunidades, outras reunindo várias comunidades. Agricultoras dos doze municípios se reuniram em cinco atividades de maior vulto que implicaram inclusive integrantes dos “grupos de consumo responsável” (ver abaixo). Algumas destas atividades, em particular aquelas de maior impacto, foram registradas e analisadas nesta pesquisa.

No Vale do Ribeira, a pesquisa-ação se focalizou na Barra do Turvo, município rural de aproximadamente 8.000 habitantes onde se localizam sete grupos de agricultoras acompanhados pela SOF –cada um com a participação de 6 a 15 mulheres– bem como uma importante associação de produtores agroecológicos, a Cooperafloresta, fundada em 1996 e que reúne por volta de 100 famílias. A pesquisa consistiu na observação participante de algumas atividades acima mencionadas, várias trocas e entrevistas com as agricultoras, com alguns de seus maridos ou familiares e com informantes-chave de Barra do Turvo (autoridades locais, trabalhadores e trabalhadoras sociais, membros da Cooperafloresta e do sindicato de trabalhadores rurais, pesquisadores do Instituto Florestal ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente). Uma pesquisa etnográfica foi realizada em uma comunidade formada por agricultores familiares. Também nos apoiamos em oito grupos focais, oficinas, seções de restituição da pesquisa, de observação participante do movimento feminista e agroecológico em âmbito nacional e entrevistas com mulheres lideranças de diferentes regiões. Além disso, três reuniões de pesquisa foram realizadas (uma reunião de apresentação, uma reunião intermediária com a equipe de pesquisa internacional e uma reunião de apresentação dos resultados).

Contexto do Vale do Ribeira: conflitos imbricados

No Vale do Ribeira situam-se 7.037 estabelecimentos da agricultura familiar, 24 aldeias indígenas guarani e 70 comunidades quilombolas,³ grandes propriedades agrícolas (fazendas) e propriedades ainda maiores com pouco ou nenhuma produção agrícola (latifúndio). Trata-se da região com maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil (1,7 milhões de hectares). Ainda que

² Uma descrição detalhada da metodologia da SOF no Vale do Ribeira está publicada em *Práticas feministas de transformação da economia. Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira* (São Paulo: SOF, 2018).

³ Segundo a Associação Brasileira de Antropologia o termo quilombo se refere à “toda comunidade negra de grupos de descendentes de escravos, que vivem de culturas de subsistência e onde as manifestações culturais têm fortes laços com o passado”. São necessárias várias etapas para o reconhecimento de uma comunidade quilombola pelo Estado. Nem todas as comunidades mencionadas do Vale do Ribeira já passaram por todas elas.

se encontre no Estado mais rico do país (o Estado de São Paulo) é também a região onde os índices de pobreza são os mais elevados.

Explorada desde o século XVI por colonos portugueses procurando minerais preciosos, a região passou por diferentes ciclos econômicos (como a mineração, arroz) baseados na exploração do trabalho de pessoas negras escravizadas, antes de entrar em recessão por volta da segunda metade do século XIX. Na segunda metade do século XX o Vale do Ribeira tornou-se alvo de grandes projetos de “desenvolvimento” (estradas, barragens, mineração) ao mesmo tempo em que se viu a criação de três parques naturais. A criação dos parques foi o resultado de uma confluência entre o movimento de preservação que se iniciava (cujo objetivo era proteger a natureza proibindo a presença humana) e a ditadura militar (1964-1985) que necessitava de um instrumento de controle sobre o território que abrigou destacamentos de guerrilha rural.

Durante o período de “redemocratização” nos anos 1980 e depois nos anos 1990 novas populações pobres chegaram ao Vale do Ribeira. A maior parte eram agricultores provenientes de outras regiões do país que haviam migrado para as periferias das grandes cidades (São Paulo, Curitiba) nos anos 1960 e 1970, e que eram então expulsos pela crise econômica. Eles compraram terras no mercado informal, muitas vezes em áreas de parque, e formaram novos bairros rurais em especial no eixo da principal estrada (BR-116). No entanto, durante este período o controle do Estado sobre o Parque –que até então tinha sido relativamente frágil– se intensificou, levando a intervenções frequentes (multas, expulsões) contra estas novas populações consideradas como “invasoras”. Mais ainda, o processo de democratização culminou em 1988 com a aprovação de uma nova Constituição conhecida por “cidadã”. Entre outras questões, ela reconheceu a categoria de “comunidades tradicionais”, o que permitiu a algumas comunidades negras e indígenas estabelecidas no Vale do Ribeira serem reconhecidas enquanto tal, abrindo assim o acesso à propriedade coletiva da terra (o que não impedia as restrições de uso impostas pelo Parque).

Frente ao aumento dos conflitos ligados à terra e ao meio ambiente, as pressões das comunidades tradicionais recém reconhecidas legalmente e as de outras populações pobres da região, negociações com o Parque começaram nos anos 2000. Em 2008 o Parque passou a ser um mosaico de unidades de conservação (conhecido como MOJAC - Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga Mosaico de unidades de conservação de Jacupiranga) tornando possível uma utilização diferenciada dos recursos bem como a criação de canais de diálogo com as comunidades rurais (o que, porém, não resolveu todos os problemas). A partir de 2016 os conflitos agrários e ambientais voltaram em especial relacionados à aprovação de um projeto de lei que permite privatizar a gestão de parques naturais do Estado de São Paulo e incentivar mecanismos financeiros de proteção ambiental como aqueles

inspirados pelo projeto de economia dos ecossistemas e da diversidade (projeto TEEB).

No geral, a concentração fundiária é alta e continua a aumentar (Bim, 2012)⁴ e a região é marcada por conflitos que resultam da imprecisão dos títulos de propriedade da terra –usualmente superpostas a áreas de conservação natural– e de atividades de extração ilegal de madeira e palmito juçara. Por um lado, isto favorece que as comunidades rurais pobres resistam a seus adversários comuns. Este processo é particularmente visível na Barra do Turvo onde a presença da associação agroecológica Cooperafloresta permitiu valorizar um discurso que promove uma vida “simples” de trabalho no campo frente à modernidade alienante, incarnada em projetos de modernização e por valores “de perdição” da cidade (ainda que, ao mesmo tempo, os laços com as periferias urbanas sejam constantes, muitas famílias sobrevivendo do aluguel de uma casa, trabalhando de forma intermitente na cidade ou graças ao dinheiro enviado por um filho, filha ou outro parente).

Por outro lado, as diferenciações políticas e econômicas entre as comunidades quilombolas recém reconhecidos legalmente e os bairros de “agricultura familiar” são fonte de tensões. Durante o processo de reconhecimento os quilombos se organizaram e criaram suas próprias associações (esta é uma exigência para que sejam reconhecidos legalmente), enquanto os bairros onde se pratica a agricultura familiar não necessariamente se constituíram, ou quando existem nem sempre são representativas ou legítimas. Algumas comunidades constituídas por estabelecimentos da agricultura familiar têm partes localizadas em áreas de conservação do Mosaico que teoricamente não poderiam ser habitadas e/ou em terras reivindicadas por grandes proprietários e correm o risco de expulsão. Os quilombos têm acesso a políticas de ação afirmativa, inclusive ao programa de aquisição de alimentos (PAA que compra produtos provenientes da agricultura familiar) que foi interrompido nas outras comunidades em 2017. Há uma diferença política e econômica entre as comunidades “tradicionalis” reconhecidas legalmente e os bairros onde se pratica agricultura familiar sem uma identidade atribuída e nos quais podem haver pessoas negras, brancas e mestiças e onde algumas vezes grupos de pessoas se organizam para reivindicar seu reconhecimento como quilombo. A diferença se acentua atualmente com o endurecimento da ocupação do Mosaico. Em 2017 as “comunidades e povos tradicionais do Vale do Ribeira” se organizaram em um fórum pela preservação de seus direitos à terra e aos recursos, enquanto os bairros onde se pratica a agricultura familiar sofrem múltiplas influências, como por exemplo da parte de grandes produtores que tentam convencê-los a somar em seu lobby para cessar as negociações com o Mosaico na esperança de aceder a indenizações financeiras.

⁴ Segundo o Censo Agropecuário 2006 os estabelecimentos pequenos e médios (menos de cinquenta hectares) que representam 80% do total ocupam 20% da área, enquanto os grandes (mais de quinhentos hectares) que representavam 1,8% do total ocupavam 44% da área.

Outra diferença entre as comunidades ou mesmo entre as famílias de uma mesma comunidade se refere ao acesso à terra. Existem distinções de classe entre os grandes produtores, mas também entre agricultores familiares que compram a força de trabalho e aqueles que a vendem como trabalhadores agrícolas diaristas (no caso dos homens) ou como trabalhadoras domésticas (no caso das mulheres). Constata-se também uma preferência pelo trabalho assalariado mesmo no caso de famílias que possuem terra, mas que buscam uma renda monetária. Sua motivação principal é poder comprar bens de consumo (carros, máquinas). Em particular, entre os bairros pobres onde se pratica a agricultura familiar poucas famílias vivem somente de sua própria produção. O trabalho assalariado agrícola e não-agrícola e os benefícios do sistema de segurança social –que demandam superar discriminações e obstáculos burocráticos para ser obtidos– são combinados com a produção própria segundo diferentes lógicas. Em alguns casos as pessoas reconhecem o valor do trabalho agrícola em sua própria terra e as fontes de renda são consideradas simplesmente como uma renda complementar. Em outros a lógica é inversa, a produção na parcela familiar torna-se secundária frente ao trabalho assalariado ou a uma renda (por exemplo, a aposentadoria ou o aluguel de uma casa).

Frente a estes conflitos centrais –conflitos entre a “modernização” (conservadora) e a defesa de modos de vida “tradicionalis” e aqueles pelo acesso à terra e aos recursos–, a voz e o trabalho das mulheres tendem a estar invisíveis. Em geral a situação das mulheres se caracteriza por uma divisão sexual desigual do trabalho (como indicativo, em âmbito nacional as mulheres rurais trabalham em média 55,3 horas por semana incluindo o trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham 55,3 horas por semana).⁵ Esta desigualdade se agrava por uma demanda não respondida por creches locais e infraestrutura de qualidade para a educação infantil: no Vale do Ribeira, 95,9% das creches e 82,4% das escolas de educação infantil estão situadas nas zonas urbanas. A isto se soma uma ultra sexualização do corpo das mulheres, com a imposição de padrão de beleza homogêneo (magra, jovem, pele clara, cabelos lisos, roupas justas, curtas e em geral, desconfortáveis) que levam a uma alienação das mulheres em relação a seu próprio corpo (como dizem algumas agricultoras: “eu percebo que não me sinto eu mesma” ou “falar de mim mesma é um pouco complicado”). Por fim, também existe um risco constante de agressões sexuais combinado a altos índices de violência doméstica.

A proposta de agroecologia feminista apresentada pela SOF toma posição em relação aos conflitos centrais na região: valoriza as formas de organização social e de produção “tradicionalis” (inclusive a agricultura familiar), se opõe às formas de “modernização” excludentes, ao mesmo tempo em que

⁵ IPEA, p. 33; citado por Hora y Butto (2014: 38).

promove uma transformação das relações de gênero. Esta transformação começou às margens dos conflitos centrais com a proposta de desenvolver e valorizar a produção agroecológica de alimento pelas mulheres e buscando alianças com atores locais como a Cooperafloresta, o sindicato de trabalhadores rurais e prefeitura. A posição em que inicialmente esta atuação se situou permitiu que esta proposta tivesse aceitação local. No entanto, como veremos, está atualmente movendo-se a um processo de transformação mais amplo, que implica renegociar as relações de gênero e permitir a algumas mulheres posicionar-se nos conflitos locais.

O longo caminho da agroecologia feminista no Brasil

A proposta de agroecologia feminista apresentada pela SOF em 2015 ao Vale do Ribeira resulta de um processo muito mais amplo e longo que permitiu reunir mulheres agricultoras, integrantes de ONG, (ex) servidoras públicas, professoras universitárias de diferentes regiões do Brasil em torno a esta causa. É necessário considerar este longo processo que permitiu que uma abordagem feminista da agroecologia se tornasse uma agenda política, de modo a compreender suas condições de expansão em regiões específicas como o Vale do Ribeira.

Este processo começou com a crítica ao modelo de “modernização conservadora do campo”, um modelo que foi difundido entre os “pequenos” agricultores brasileiros por meio de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) desde os anos 1940 e que foi reforçado pelas ditaduras militares nos anos 1960 e 1970. Durante este período este modelo foi questionado pelas forças populares democráticas que defendiam dois objetivos principais: uma reforma agrária (reivindicada pelas Ligas Campesinas criadas em 1955 e mais tarde pelo MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criado em 1984) e direitos sociais para os trabalhadores rurais (defendidos pelo novo sindicalismo rural como a CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, criada em 1963).

Nos anos 1980 uma nova linha deste programa político popular e democrático foi criada quando uma rede de engenheiros(as) agrônomos(as) se organizou em torno à defesa de uma “agricultura alternativa” (Luzzi, 2007). Enquanto isto mulheres rurais começaram a se mobilizar pelo direito à sindicalização e acesso a direitos sociais (auxílio maternidade, aposentadoria). Elas criaram suas próprias organizações, como o MMC Movimento de Mulheres Campesinas (criado em alguns estados do sul como Santa Catarina em 1983 e unificados em âmbito nacional em 2003) e o MMTR-NE Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, fundado em 1986 e organizado em todos os estados do nordeste. Elas também se organizaram em movimentos mistos como a CONTAG e o MST (Nobre, 2015; Filipak, 2017).

A partir dos anos 1990 as mobilizações de mulheres rurais abordaram novas questões, como o lugar das mulheres na produção e as próprias formas de produção.

Na segunda metade dos anos 1990 as mobilizações das mulheres rurais, combinadas à pressão internacional de financiadores para incluir gênero nos projetos de desenvolvimento, produziram uma inflexão nas organizações de agricultura alternativa. Um novo campo emergiu inicialmente denominado “agricultura familiar e gênero”. Em 2002 a ANA Articulação Nacional de Agroecologia foi criada. Ela reúne movimentos rurais e ONG com objetivo de realizar atividades de coordenação, incidência política e comunicação junto à sociedade. Mulheres ativistas de movimentos rurais, ONG e universidades aos poucos foram constituindo um grupo de trabalho transversal dentro da ANA. Este grupo foi concebido como um espaço que permite a auto-organização das mulheres a fim de questionar todas as formas de desigualdades de gênero presentes na articulação e em todas as suas comissões temáticas de trabalho, ainda que as mulheres nem fossem ainda totalmente reconhecidas. Ao mesmo tempo questões relacionadas à soberania alimentar e à agroecologia começaram a ser tratadas em alguns movimentos feministas, em especial na Marcha Mundial das Mulheres (Masson e Conway, 2017), cujo secretariado internacional foi assumido pela SOF entre 2006 e 2013.

A partir dos anos 2000 a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal (governos Lula-Dilma de 2003 a 2016) significou uma redefinição nas relações entre governo, movimentos rurais, ONG e o lobby do agronegócio. Durante este período, movimentos rurais e ONG contaram com espaços de participação sem precedentes (conselhos, fóruns), o que lhes permitiu implicar-se na definição e gestão das políticas públicas de desenvolvimento agrícola, como políticas de compras públicas subvencionadas para produtos oriundos da agricultura familiar, crédito rural, documentos de reconhecimento para trabalhadores rurais, novas modalidades “públicas e universais” de ATER e políticas públicas de agroecologia. Em geral a “agricultura familiar” foi fortalecida por meio destas políticas públicas. No entanto, isto se deu no âmbito de um modelo agrícola dual pelo qual os avanços para a agricultura familiar foram limitados pela preservação dos interesses dos grandes agricultores e grandes proprietários de terras (Sabourin, 2014).

Neste contexto as mulheres rurais conquistaram a criação de uma nova Diretoria de políticas para as mulheres rurais no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPMR/MDA) que contava com equipe e orçamento próprio.⁶ A ANA organizou reuniões regionais e nacionais em que as políticas públicas de agroecologia e ATER em âmbito nacional foram elaborados. Desde e dentro da ANA o GT de mulheres lutou para que estas novas políticas públicas

⁶ Entre 2003 e 2013, a DPMR contou com um orçamento de aproximadamente 300 milhões de reais (93 milhões de US\$) (Hora e Butto, 2014: 28).

considerassem as desigualdades de gênero. No caso das políticas públicas de ATER em agroecologia conquistaram cotas de 50% mulheres beneficiárias, 30% de mulheres na equipe técnica e 30% dos recursos alocados em atividades destinadas às mulheres. Estas políticas públicas permitiram às entidades que as executaram –inclusive ONG integrantes da ANA– desenvolver suas propostas em novos territórios como é o caso da SOF no Vale do Ribeira.

Estas novas políticas públicas constituem um inegável progresso se comparado à ausência até então de políticas públicas dirigidas às mulheres rurais. Contudo elas permaneceram “pontuais”, “limitadas” e “burocratizadas” segundo algumas ativistas e constituindo-se como políticas públicas experimentais mais do que universais. Entre 2004 e 2013 as políticas públicas de ATER destinadas às mulheres alcançaram 56.400 mulheres com um orçamento de 32,3 milhões de Reais (em torno de 10 milhões de dólares US). Alguns aspectos da execução não foram adaptados, por exemplo para as ONG que deveriam responder a critérios adaptados à realidade de empresas públicas e para as mulheres agricultoras, que deveriam possuir a DAP, Declaração de aptidão ao PRONAF, o que trouxe dificuldades dada às discriminações vividas pelas agricultoras. Ainda que os postos de direção da DPRM fossem ocupados por ativistas, as relações entre alguns movimentos rurais ou ONG e governo eram por vezes tensas e demandavam um jogo sutil de “pressão e solidariedade” segundo a expressão de uma militante. A aliança com os movimentos rurais que mantiveram uma posição autônoma e uma forte capacidade de mobilização social –como a Marcha das Margaridas das mulheres rurais organizada pela CONTAG– foi importante para manter esta pressão. Porém algumas reivindicações centrais, como a reforma agrária, permaneceram bloqueadas e as políticas públicas em sua maioria não foram institucionalizadas de modo a garantir sua perenidade em caso de mudança de governo.

A destituição de Dilma Rousseff e tomada do poder por Michel Temer em maio de 2016 resultou na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda que algumas políticas públicas tenham se mantido formalmente, bem como os principais espaços de “participação”, em realidade estes mudaram de natureza. Alguns movimentos rurais e ONG deixaram de participar destes espaços e aqueles que continuaram a se expressar não são escutados pelo governo. No caso do ATER as chamadas públicas foram redirecionadas para empresas privadas. Sendo assim, os movimentos rurais e ONG da ANA se posicionaram como oposição ao governo “ilegítimo” de Michel Temer.

A longa luta política das mulheres rurais, técnicas de ONG, servidoras públicas e professoras universitárias pelo reconhecimento da agroecologia feminista contribuiu para a criação de um sujeito político, frente ao conflito que opõe de um lado o agronegócio e a “modernização conservadora” e de outro uma agroecologia que desconsidera gênero. Nossa hipótese é que esta posição em relação ao conflito orienta uma posição antissistêmica. Uma

crítica radical do capitalismo e da sociedade patriarcal move-as para além de uma visão puramente produtivista da agroecologia para adotar uma visão circular, centrada na reprodução da vida e que, em todos os âmbitos, dá prioridade à “cultura do cuidado” sobre a “cultura do lucro” (Carrasco, 2003).

ATER e agroecologia feminista na Barra do Turvo

Com esta perspectiva política a SOF iniciou sua atuação no Vale do Ribeira contatando organizações locais e lideranças com o propósito de organizar grupos de mulheres agricultoras (no início 240 mulheres). Na Barra do Turvo esta proposta significou uma mudança de paradigmas por duas razões principais.

Primeiro porque permitia afirmar que as mulheres são agricultoras por elas próprias, em um contexto em que o viés masculino das políticas agrícolas e da assistência técnica, em particular, segue importante. Na Barra do Turvo os projetos agrícolas para as mulheres (realizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) se limitaram a galinheiros móveis, que ainda assim dificilmente se concretizaram. Quer seja na prefeitura ou em casa as mulheres agricultoras enfrentam inúmeras discriminações para obter a documentação oficial. Por exemplo, as notas fiscais de produtora são emitidas em nome do marido, ainda que as mulheres tenham feito todo o processo administrativo considerando sua própria produção agrícola. Do mesmo modo o sindicato de trabalhadores rurais local apoia a agricultura familiar, mas tem o foco na produção destinada à venda, depreciando as produções “marginais” que as mulheres cultivam nos quintais. Mesmo na Cooperafloresta poucas mulheres participam do conselho e comitê de direção ou trabalham na agroindústria. Segundo uma das entrevistadas “apesar de muitas pessoas que trabalham na agroecologia levarem os temas do racismo e do feminismo, o debate de gênero não é um tema na Coopera”.

A perspectiva feminista da agroecologia também constitui uma mudança em relação às políticas públicas usualmente destinadas às mulheres. Estas costumam centrar-se na assistência social e na “inclusão produtiva”. Durante o governo do Partido dos Trabalhadores, programas de assistência social, como o programa de transferência monetária condicionada, o Bolsa Família, tiveram grande peso e eram considerados como uma renda mínima. Entretanto valores associados à maternidade não deixaram de ser centrais nas representações sociais que embasam a concepção e a execução destes programas. Elas estão presentes nos discursos das trabalhadoras sociais da Barra do Turvo e nas condições gerais de acesso a estes programas, segundo as quais as mães são as responsáveis pela frequência escolar e vacinação de suas crianças. As políticas de inclusão produtiva consistem basicamente em programas de formação para mulheres beneficiárias do Bolsa Família, com o objetivo de que elas possam sair do programa. Valorizam o “empreendedorismo”, mas

na prática dirigem as mulheres a atividades consideradas “femininas”, sem questionar a divisão sexual do trabalho existente. Na Barra do Turvo as mulheres puderam seguir formações nos setores de beleza, moda e culinária, mas nada sobre agricultura.

A chegada de um projeto de ATER para as mulheres foi então uma novidade que permitiu transformar as relações de gênero ao reconhecer as mulheres enquanto agricultoras. Elas foram estimuladas a formar grupos no âmbito das comunidades como espaços de auto-organização e a formular demandas e propostas relacionadas a sua situação local.

Os grupos criados nas comunidades tiveram diferentes pontos de partida. Em dois quilombos eles se formaram com base em relações de parentesco e grupos de trabalho em mutirão⁷ da Cooperafloresta. Em uma das comunidades onde se pratica a agricultura familiar já existia um grupo misto em torno de um viveiro comunitário onde cultivavam mudas de plantas nativas para venda em projetos de reflorestamento. Em outro já havia um grupo de mulheres organizado na Pastoral da Criança, órgão social ecumênico ligado à Igreja Católica que desde os anos 1980 promove o acompanhamento do peso e vacinação de crianças e mulheres grávidas e ações para melhorar sua nutrição. Outro grupo de mulheres se formou a partir de um coletivo misto, informal que se mobilizou na luta contra o Parque. Por fim, em dois outros bairros de agricultura familiar com acesso a pouca ou nenhuma terra, as mulheres tinham o hábito de reunir-se para fazer artesanato. Elas se juntavam em torno a uma mulher que vive em um centro de envolvimento agroflorestal (privado) e dispõe de grande área de terra. Nestas comunidades diversas as mulheres que formaram os primeiros grupos têm entre quarenta e cinquenta anos. Depois mulheres mais jovens se envolveram, atraídas pelas dinâmicas que se estabeleceram e pela possibilidade de sair de casa.

As reuniões, visitas técnicas e outras atividades (feiras, intercâmbios) organizadas pela SOF encorajaram as mulheres a mudar suas formas de organização ou as relações que elas mantinham na direção a outras maneiras, baseadas na solidariedade entre os grupos de mulheres, e com destaque para o reconhecimento de seu trabalho na agricultura e de sua contribuição para a alimentação da família. Assim, progressivamente, elas transformam a natureza de suas atividades e seu lugar no interior da comunidade. A solidariedade das técnicas da SOF com as mulheres se expressa por um forte compromisso (mais além das horas de trabalho regulamentar) na contribuição para sua organização e resolução de numerosos problemas concretos, considerados obstáculos à reprodução da vida em um sentido amplo, o que termina por fortalecer a solidariedade entre as mulheres. Estes grupos se consolidaram devido à obtenção de respostas concretas a problemas específicos: como

⁷ No mutirão o grupo realiza em comum atividades de carpida, semeadura, colheita, entre outros em revezamento da área de cada participante.

cultivar uma diversidade de plantas, utilizar adubação verde ou composto para recuperar a fertilidade do solo, tratamento de água negra, aumento das vendas, acesso à terra, transformação de alimentos para evitar perdas, saber como utilizar uma balança, como emitir uma nota produtora, convencer os homens a realizar algumas tarefas, se organizar no trabalho com crianças pequenas, permitir a algumas mulheres controladas pelos maridos de participar, entre tantas outras. Ainda que não fosse o caso na Barra do Turvo, em outros municípios alguns grupos não prosperaram. Por exemplo, em um quilombo de outro município as mulheres se organizavam em torno ao turismo comunitário e não se interessaram pela agroecologia, ainda mais considerando as restrições para a utilização agrícola da terra impostas pelo gestor local do Mosaico.

Para responder às demandas e propostas dos grupos, a SOF organizou diferentes atividades: visitas guiadas pelas agricultoras para apresentar sua produção, mutirões (trabalhos coletivos para a construção de canteiros elevados, horta mandala, fossa séptica, manejo agroflorestal), apoio para formular e dirigir demandas à prefeitura ou outras instituições, utilização das Cadernetas Agroecológicas, organização de uma rede de comercialização direta com grupos de consumidores. As Cadernetas Agroecológicas e os grupos de consumo em especial tiveram um papel importante na consolidação dos grupos por meio da valorização do trabalho das mulheres. Com as Cadernetas as mulheres foram incentivadas a anotar a totalidade de sua produção agrícola organizada em quatro categorias: produção para o autoconsumo, doação, troca e venda. Este instrumento que resulta de uma proposta do Grupo de trabalho de mulheres da ANA em 2013 se difundiu graças a uma política pública em 2017 e permitiu tornar visível a produção para o mercado ou não realizada pelas mulheres. Isto contribuiu para que elas se percebam como agricultoras e para melhorar sua capacidade de negociação com seus familiares e mesmo com servidores do Estado a fim de ter acesso a documentos oficiais.

A rede de grupos de consumo é formada por sete grupos auto-organizados na periferia de São Paulo (os perfis das/dos participantes diferem um pouco, por exemplo, um grupo é composto por amigas/amigos da SOF que moram em regiões centrais). Estes grupos compram uma vez ao mês legumes, frutas, alimentos transformados, remédios naturais e mudas oferecidas por cinco grupos de mulheres da Barra do Turvo. O objetivo desta rede é de criar um mercado que seja controlado pelas mulheres agricultoras: são elas que determinam o tipo e a quantidade dos produtos que elas podem ofertar (a oferta é calculada depois que elas descontaram as quantidades necessárias para o consumo familiar, as trocas e doações em redes de proximidade) e os preços, apresentando uma alimentação diversificada e de qualidade a preços acessíveis. Esta redefinição da relação entre produtores e consumidores não é simples, em especial para os consumidores, já que demanda um

compromisso com a abordagem feminista da agroecologia (compreender as condições de trabalho das mulheres agricultoras, o que inclui a não existência de certificação sanitária, em alguns casos problemas de qualidade ou de logística). Este compromisso vai mais além do que simplesmente consumir comida orgânica. Um dos grupos de consumidores de Registro, município vizinho, deixou de existir e integrar novas pessoas nos grupos existentes, pois é um processo que demanda tempo. A logística –organizar a produção, a demanda e a distribuição, ir buscar os produtos e trazê-los a um ponto central de São Paulo– é também um fator que limita o crescimento da rede, e as possibilidades que as agricultoras têm para vender seus produtos. Elas dependem de recursos humanos da SOF e de voluntárias que fazem a gestão da rede e do caminhão disponibilizado pela prefeitura da Barra do Turvo. Apesar destes limites esse sistema permitiu valorizar simbólica e monetariamente a diversidade de produtos (mais de 200), muitos que são em geral consumidos somente no meio rural. Muitas mulheres –em especial aquelas que vivem em bairros que praticam a agricultura familiar– vendem pela primeira vez fora de suas comunidades, o que contribuiu em boa medida para a valorização de seu trabalho aos olhos de maridos e vizinhos. Hoje elas têm que lidar com alguns vizinhos (homens e mulheres) que querem “copiá-las”, mas que consideram apenas a relação custo-benefício da produção orgânica como um nicho de mercado. Para evitar esta situação alguns grupos definiram condições necessárias para integrar novas mulheres. Estas condições são baseadas na participação no conjunto das atividades coletivas, bem como em “atividades de auto-consciência” organizadas pela SOF.

A SOF sempre atuou articulando diferentes temáticas, por exemplo, debatendo as relações entre a utilização de agrotóxicos e seus efeitos no corpo das mulheres ou a realização de atividades produtivas financeiramente viáveis e a possibilidade de se liberar de relacionamentos conjugais abusivos. A ideia de transição (entendida como um caminho que liga a realidade presente à situação que desejamos chegar) é percebida como um instrumento de mudança: em direção à agroecologia e a uma vida livre de violência. Estas relações ilustram a maneira como a agroecologia se modificou de uma visão estritamente centrada em tecnologias de produção e vendas a uma visão de práticas que apreendem o ser humano e as relações sociais em sua totalidade, a fim de desenvolver formas mais democráticas e sustentáveis de reprodução da vida.

A solidariedade pôde emergir nos grupos graças a construção de respostas concretas frente a um amplo espectro de demandas específicas de cada grupo. A solidariedade não é unicamente um “valor” das mulheres agricultoras (pobres), ela é mais que nada o resultado de ações concretas e normas criadas durante a ação, também presente na solidariedade das técnicas da SOF com os grupos. Uma rede de grupos de mulheres agricultoras se formou no processo. Ele se apresenta com princípios e uma visão feminista ampla da

agroecologia, ainda que outras percepções, impregnadas em especial pelas lógicas de mercado, ainda existam, e continua a ter um papel fundamental na organização local. Ainda assim os grupos são frágeis (dependem de condições de participação favoráveis, que são parte asseguradas pela SOF) e pequenos (entre 6 e 15 mulheres em cada comunidade). Algumas questões, como a distribuição igualitária dos rendimentos em comunidades onde as mulheres sem terra trabalham em áreas de outras mulheres, ainda não estão resolvidas.

Em um âmbito maior, uma rede que reúne todos os grupos existentes (na Barra do Turvo e em outros municípios do Vale do Ribeira) está sendo criada, o que permite a estas organizações baseadas na solidariedade se consolidarem. A SOF contribuiu inicialmente com este processo proporcionando às mulheres a oportunidade de se reunir regularmente, auxiliando-as a identificar problemas comuns e a construir respostas comuns, bem como as encorajando a unir-se à rede. Isto contribuiu para criar um sentimento de pertencimento e a realizar ações coletivas (um símbolo coletivo foi criado, convites para a participação em intercâmbios, feiras e seminários circulam regularmente entre as comunidades). Contudo esta dinâmica nascente é afetada por diferenças de politização (comunidades tradicionais ou bairros onde se pratica a agricultura familiar) e pelo controle sobre o acesso à terra e aos recursos. Outro desafio consiste em incluir novas mulheres ou novos grupos, o que demanda construir novas oportunidades comuns (por exemplo, ampliar a rede de consumidores). Além do mais, SOF tem por objetivo passar gradualmente do papel de ONG de apoio ao de aliada na construção de um movimento social comum enraizado no âmbito local e articulado no âmbito nacional.

O fortalecimento de uma rede de agricultoras que praticam agroecologia no Vale do Ribeira demanda uma nova etapa com relação a outras lutas que ocorrem no território. O povo quilombola coloca para os grupos de mulheres que para que elas continuem produzindo é necessário se envolver com a gestão local do território, e por meio da defesa dos conhecimentos “tradicionais” buscar maneiras mais diversificadas de comercializar seus produtos envolvendo mais mulheres e mulheres mais jovens. Os grupos da agricultura familiar destacam que as iniciativas das mulheres devem contribuir para criar ou reconstruir a reciprocidade e reforçar um sentimento de comunidade nos bairros rurais. A proposta de uma agroecologia feminista na Barra do Turvo iniciada às margens dos conflitos locais entre “tradição e modernidade” chega a um momento em que é chamada a desenvolver sua posição na “defesa dos modos de vida tradicionais” e assumir os processos decorrentes. Isto inclui novas responsabilidades econômicas e sociopolíticas para os grupos de mulheres em suas comunidades, bem como a necessidade de construir novas alianças, que permitam superar as diferenças e conflitos existentes.

Em conclusão esta pesquisa-ação buscou traçar o processo de transformação social iniciado pelo projeto de agroecologia feminista proposto pela SOF na Barra do Turvo. Analisou o papel e a natureza das solidariedades nos processos e a maneira como as solidariedades se redefinem e a reprodução social de forma conceitual e prática. As metodologias utilizadas visaram prioritariamente a análise das etapas e condições deste processo de transformação social. Conscientes dos conflitos e dificuldades existentes em diferentes níveis, nosso foco foram as possibilidades, por vezes embrionárias, de ir além, mais do que uma análise exaustiva das relações de poder e fatores potenciais de bloqueio.

Nossa análise mostra que a transição para uma agroecologia feminista na Barra do Turvo é um processo em curso. Este processo começou por uma ressignificação da produção agrícola e da alimentação e continuou com uma nova valorização do trabalho das mulheres, por algumas renegociações das relações de gênero em diferentes esferas (família, comunidade, mercados, e em menor medida no governo local), bem como por um novo envolvimento das mulheres nos problemas políticos locais. Este processo se baseia nas solidariedades que foram fortalecidas e ampliadas com base em objetivos comuns entre os grupos de mulheres, cuja natureza e lugar no interior das comunidades foi progressivamente transformado. Esta dinâmica se baseou na experimentação e afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais cujo objetivo geral é aumentar a autonomia das pessoas e a reprodução da vida ecológica e socialmente sustentável. Entretanto este processo se assenta em grupos pequenos, sobre um pequeno número de lideranças locais, sobre recursos humanos e financeiros assegurados até agora pela SOF. Além do mais, as diferenças entre as mulheres que compõem os grupos podem obstruir a construção de ações coletivas mais amplas.

A SOF como uma ONG feminista híbrida como propõe Álvarez (1999) assegurou a metodologia, recursos humanos e financeiros para iniciar e fortalecer processos de organização locais de mulheres rurais e para lhes permitir se posicionar em mobilizações políticas. Esta pesquisa-ação buscou produzir conhecimento não somente para o debate acadêmico, mas construído com e para sujeitos políticos da agroecologia feminista, e assim contribuir para a continuidade deste processo, em um momento em que no Brasil não cabe esperar forças de mudança a partir do governo, mas sim e sobretudo, da sociedade civil organizada.

**Christine Verschuur
Isabelle Guérin
Isabelle Hillenkamp
(director as)**

**Reorganizar la reproducción social,
democratizar la economía solidaria,
repensar el valor**

Conectando las luchas de las mujeres
por el cambio social en América Latina y la India

EDICIONES UNGS



Universidad
Nacional de
General
Sarmiento

Reorganizar la reproducción social, democratizar la economía solidaria, repensar el valor : conectando las luchas de las mujeres por el cambio social en América Latina y la India / Christine Verschuur... [et al.] ; dirigido por Christine Verschuur ; Isabelle Guérin ; Isabelle Hillenkamp. - 1a ed. - Los Polvorines : Universidad Nacional de General Sarmiento, 2022.

Libro digital, PDF - (Lecturas de economía social / 14)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-630-653-9

1. Economía Social. 2. Feminismo. 3. América Latina. I. Verschuur, Christine, dir. II. Guérin, Isabelle, dir. III. Hillenkamp, Isabelle, dir.

CDD 305.4209

Responsables científicas del libro:

Christine Verschuur, Isabelle Guérin, Isabelle Hillenkamp

Traducción de los siete capítulos del manuscrito en inglés: Yira Lazala**Coordinación editorial del manuscrito:**

Christine Verschuur

Coordinación con la editorial de la UNGS en la Argentina: Marisa Fournier

Financiamientos: Réseau Suisse pour les Études Internationales (SNIS), Ginebra
Direction du Développement et de la Coopération Suisse (DDC), Berna
Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID), Ginebra
Institut de Recherche pour le Développement (IRD), París

Contactos: Centre Genre, Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID), Ginebra
<https://www.graduateinstitute.ch/gender>
IRD/CESSMA
<https://www.ird.fr/>
<http://cessma.univ-paris-diderot.fr/>

Traducción parcial de la edición en lengua inglesa de *Social Reproduction, Solidarity Economy, Feminisms and Democracy. Latin America and India*, Christine Verschuur, Isabelle Guérin, Isabelle Hillenkamp (eds.).

© Palgrave Macmillan. Todos los derechos reservados excepto en lengua francesa y española.

Publicado en francés bajo el nombre *Effervesences féministes. Réorganiser la reproduction sociale, démocratiser l'économie solidaire, repenser la valeur*, Christine Verschuur, Isabelle Guérin, Isabelle Hillenkamp (eds.). París: L'Harmattan (2021), colección “Genre et développement”.

Los libros en francés de la colección de L'Harmattan “Genre et développement” están en libre acceso en www.openedition.org.

EDICIONES UNGS

© Universidad Nacional de General Sarmiento, 2022

J. M. Gutiérrez 1150, Los Polvorines (B1613GSX)

Prov. de Buenos Aires, Argentina

Tel.: (54 11) 4469-7507

ediciones@campus.ungs.edu.ar

ediciones.ungs.edu.ar

Diseño gráfico de la colección:

Andrés Espinosa - Dirección General Editorial - UNGS

Diagramación: Eleonora Silva

Corrección: Florencia Piluso

Hecho el depósito que marca la Ley 11723.
Prohibida su reproducción total o parcial.
Derechos reservados.



Libro
Universitario
Argentino